

A unidade de polícia pacificadora e a organização da favela: poder e controle organizacionais no espaço social

Vanessa Brulon

Alketa Peci

INTRODUÇÃO

A simples fuga aos padrões de estética urbana é suficiente para que as favelas cariocas remetam, aos olhares externos, a espaços de desorganização. Ao olhar mais próximo e mais atento de um pesquisador de estudos organizacionais revela-se, entretanto, que as favelas são espaços muito organizados, à sua maneira. A distância historicamente imposta entre “morro” e “asfalto” também implica a consolidação de maneiras de organizar distintas. Essas diferenças se



acentuam em consequência de uma histórica negligência do Estado com as favelas, que passou a ser acompanhada pela crença de que “com o Estado não se pode contar”, “é melhor fazer por conta própria” e, como consequência, inventar sua própria forma de organizar.

Mas o organizar implica práticas de poder e controle. Estruturas organizacionais podem ser compreendidos como vias de exercício, de realização de poder (Carvalho & Vieira, 2007). Com a sua maneira própria de organizar, as favelas também desenvolvem relações de poder particulares, que expressões como o “dono do morro” ou o “tribunal do tráfico” ajudam a revelar.

Como um produto social (Lefebvre, 2007), o espaço social é produzido a partir de práticas que se dão muitas e repetidas vezes na forma de processos de organizar. Assim, é possível pensar a produção do espaço a partir de um organizar, em que o organizar e o espaço social estabelecem uma relação de produção contínua, na qual os dois são, simultaneamente, produto e produtor e, portanto, inacabados, ambos processuais.

Não se pode perder de vista que a produção do espaço por meio de processos deorganizar implica práticas de poder e controle. E, como lembra Lefebvre (2007), o próprio espaço, como produto social, torna-se um meio de poder. O organizar

produz o espaço e o espaço revela relações de poder, e é ele mesmo usado como um instrumento de exercício de poder. Portanto, espaço e poder estabelecem uma estreita relação, a tal ponto que Dale e Burrell (2008) falam em formas de poder espacial.

Desde 2008 as formas de organizar e, portanto, as relações de poder nas favelas cariocas vêm sofrendo intensas mudanças com o programa de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Como mais uma tentativa do Estado de recuperar o controle dos espaços das favelas das mãos do tráfico de drogas, começaram a ser instaladas em algumas favelas do Rio de Janeiro Unidades compostas por policiais militares que permanecem continuamente dentro desses territórios.

Tendo em vista as recentes mudanças nas relações de poder e, conseqüentemente, na produção dos espaços sociais de favelas, tem-se por objetivo analisar como as novas formas de controle e poder organizacionais, que se consolidam a partir da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, manifestam-se no espaço social de favelas.

REMATERIALIZANDO O ORGANIZAR

Superando o dualismo objetividade/subjetividade, Lefebvre (2007) defende que o espaço social seja pensado, não como sujeito nem como objeto, mas como uma realidade social, um conjunto de relações e formas. A importância das relações sociais para se pensar em um espaço social é reforçada por Lefebvre (2007, p. 83): “qualquer espaço implica, contém e dissimula relações sociais”¹.

O espaço social, assim entendido, é produzido e reproduzido em conexão com as forças de produção, mas não é produto apenas de atividades econômicas e técnicas, é também, e principalmente, um produto político (LEFEBVRE, 2007). Lefebvre (2007) lembra, ainda, que o espaço social, embora seja um produto a ser usado e consumido, é também ele mesmo um meio de produção.

Para explorar a ideia, Lefebvre (2007, p. 26) estabelece uma discussão sobre as consequências de sua principal proposição: “o espaço (social) é um produto (social)”². A respeito da sentença, o autor explica que, como produto social, o espaço acaba por assumir uma realidade própria e, além de ser um meio de produção, também se torna um meio de controle, de dominação, de poder.

¹ Tradução livre de: “any space implies, contains and dissimulates social relationships”.

² Tradução livre de: “(social) space is a (social) product”.

Da noção de espaço assim compreendida deriva também uma concepção de materialidade social (Dale, 2005; Dale & Burrell, 2008), que parte da ideia de que a produção do espaço deve ser entendida a partir de uma interação de aspectos materiais e sociais combinados (Lefebvre, 2007). Dale (2005, p. 651) propõe, com a noção de materialidade social, um conceito “através do qual processos sociais e estruturas e processos materiais e estruturas são vistos como mutuamente determinantess”³. Portanto, para Dale (2005), é preciso romper com a ideia de que o material configura-se como algo fixo e inerte, enquanto o social, como algo dinâmico e ativo.

Lefebvre (1991) lembra, entretanto, que o conceito de espaço social – e portanto a materialidade social que dele deriva e que com ele é produzida – só ganha seu significado completo quando é posto em conjunto com a prática social. É apenas neste caso que o espaço reencontra a produção material, o processo de produção, bem como o processo criativo mais livre (Lefebvre, 1991). As práticas sociais, produtoras do espaço, configuram-se como ações situadas que têm consequências para a produção da vida social, e são também mutuamente constitutivas (Feldman & Orlikowski, 2011) – ao mesmo tempo em que produzem o espaço são por ele produzidas.

³ Tradução livre de: “whereby social processes and structures and material processes and structures are seen as mutually enacting”

Mas não se pode negligenciar o papel do organizar nas práticas sócio-espaciais (Dale & Burrell, 2008). Ao organizar produz-se o espaço social ao mesmo tempo em que o espaço social reconfigura o organizar, de maneira contínua e inacabada.

Portanto, não se pode perder de vista o caráter dinâmico, contínuo e reflexivo da relação que se estabelece entre o organizar e o espaço social. Nesse sentido, a centralidade das organizações no processo de produção do espaço só poderá ser assumida quando as organizações forem concebidas a partir de uma perspectiva processual, enquanto acontecem (Schatzki, 2006), em seu processo de organizar.

Processos de organizar, lembra Czarniawska (2010), podem ocorrer dentro de organizações formais, mas raramente estão contidos em seus limites, e impor esta moldura ao cenário exclui muitos fenômenos novos que estão relacionados aos processos de organizar. A liberação dos processos de organizar desta moldura artificial imposta pelo limite virtual de uma organização formal, na visão da autora, pode ajudar os pesquisadores a examinar processos de organizar que acabam escondidos quando se tem um foco nas organizações. É nesse sentido que as organizações aqui serão compreendidas como processos de

organizar, como “um curso ativo de ação, um resultado contínuo de um processo precário e parcial”⁴ (Alcadipani, 2008, p. 20).

PODER E CONTROLE ORGANIZACIONAIS NO ESPAÇO

A produção do espaço, entretanto, se dá a partir de relações que são inerentemente assimétricas, e que embora tenham um caráter reflexivo, de mútua construção, não se dão de forma igualitária, mas também expressam relações de poder (Feldman & Orlikowski, 2011). Portanto, ao se investigar “a produção do espaço”, também cabe investigar as relações de poder que o espaço revela. As assimetrias de poder se refletem no espaço, e podem ser observadas, principalmente, conforme mostram Dale e Burrell (2008), por meio de seus aspectos materiais, que são também inerentemente sociais. Os processos de organizar, ao produzirem o espaço social, também refletem tais assimetrias. O poder é demonstrado na forma como o espaço é ordenado (Baldry, 1999).

Dale e Burrell (2008), ao retomarem o pensamento de Kim Dovey, lembram que as construções dos lugares são práticas das elites e, portanto, os lugares são planejados e desenhados de forma a atender a certos interesses. Mas os autores lembram que nas sociedades modernas estes interesses não dizem respeito

⁴ Tradução livre de: “an active course of action, a continuous result of a precarious and partial process”.

diretamente a indivíduos como detentores de poder e são, isto sim, mediados por organizações, como grandes empresas capitalistas, organizações públicas ou privadas.

Nesse sentido, na visão de Dale (2005), compreender a materialidade social do espaço é fundamental para a compreensão do poder e controle organizacionais, tendo em vista que a materialidade é uma parte integrante do poder. Para tal, a autora defende que as atenções se voltem para “as formas específicos e explícitas pelas quais a materialidade é incorporada ao controle social”⁵ ou “como formas de controle são determinadas e incorporadas no cotidiano”⁶ (Dale, 2005, p. 651).

A partir de uma crítica à negligência da relação entre as formas espaciais e as práticas de poder, Dale e Burrell (2008) chamam atenção para três elementos, ou três formas de poder espacial, que marcam a relação entre espaço e poder e que, portanto, podem ser usados para analisá-la. O primeiro deles, intitulado pelos autores de “encantamento do espaço” (“enchantment of space”), diz respeito à fusão entre o material e o simbólico, e inclui, por exemplo, as expressões de poder dos prédios. Por meio da ligação entre matéria e significado são produzidos no espaço efeitos de poder. Dale e Burrell (2008) lembram, por exemplo, da disputa entre

⁵ Tradução livre: “the specific and explicit ways in which materiality is incorporated in social control”.

⁶ Tradução livre de: “how forms of control are enacted and embodied on an everyday basis”.

empresas para definir quem constrói o prédio mais alto, pois a altura do prédio passa a sensação de prestígio e de potência.

Dale e Burrell (2008) denominam o segundo elemento de “colocação no espaço” (“emplacement in space”). Ele está relacionado à construção de lugares destinados a certas atividades e a certas pessoas, envolvendo o processo de inclusão e exclusão de espaços específicos (Dale e Burrell, 2008). Segundo Dale e Burrell (2008), a “colocação no espaço” implica o controle do espaço. Por meio do estabelecimento de fronteiras e da fixação das coisas no espaço, cria-se um ordenamento e tudo é colocado em seu devido lugar. A este respeito, Clegg e Kornberger (2006, p. 146) lembram que “a demarcação de dentro/fora é a forma mais simples e básica de organizar o espaço”⁷. A “colocação no espaço” está atrelada à ideia de fazer visível para monitorar (Dale e Burrell, 2008).

Por fim, o terceiro elemento, denominado por Dale e Burrell (2008) de “circulação no espaço” (“enactment in space”), diz respeito à forma como os espaços são vividos, são processados e experienciados por meio da mobilidade e os efeitos de poder que isso traz. Este elemento diz respeito à experiência vivida do espaço social, à interação das pessoas como seres sociais e, diferentemente da “colocação

⁷ Tradução livre de: “the demarcation of an inside/outside is the simplest, most basic way of organising space”.

no espaço”, a mobilidade proporcionada pela “circulação no espaço” passa aos indivíduos uma sensação de liberdade (Dale e Burrell, 2008). Mas Dale e Burrell (2008, p. 66) lembram que embora haja movimento entre os espaços, estes movimentos são controlados, e “por meio do desenvolvimento de hábitos e rotinas para habitação e criação desses espaços, um conjunto inteiro de efeitos de poder e de relação são incorporados”⁸.

As relações de poder inerentes aos espaços podem ser analisadas a partir dos três elementos propostos por Dale e Burrell (2008). Assim, os elementos do espaço social produzidos a partir do organizar, podem ser analisados em relação aos efeitos de poder que expressam.

O ESPAÇO DE FAVELAS E AS UPPS

A acelerada disseminação de favelas no Brasil teve início no fim do século XIX, quando foi formada a primeira aglomeração urbana que recebeu esse nome na cidade do Rio de Janeiro, no Morro da Providência (Oliveira, 1985). O Morro da Favella, como inicialmente era chamado, surge a partir da instalação, iniciada em 1887, de combatentes de Canudos que tinham por finalidade exercer pressão para que o Ministério da Guerra pagasse a eles o que os devia (Valladares, 2005).

⁸ Tradução livre de: “through the development of habits and routines for inhabiting and creating those spaces, a whole set of power effects and relations are incorporated”.

Aos poucos a denominação “Morro da Favella” passou a ser estendida para qualquer aglomerado de barracos sobre terrenos invadidos, que não contavam com serviços públicos (Oliveira, 1985).

No início século XX, as favelas começaram a se expandir e a se tornar “visíveis” (Oliveira, 1985). Embora esse processo tenha sido iniciado nos anos de 1930, é nos anos 1950 a 1960 que começa uma expansão descontrolada das favelas (Valladares, 2005). Agravado pela tendência migratória para centros urbanos, o crescimento das favelas acelerou-se, e em 1950 7% da população total da cidade do Rio de Janeiro morava em favelas (Oliveira, 1985).

As favelas têm sido tradicionalmente definidas a partir de uma lista de características que se propõem comuns e generalizáveis a todas as favelas. Segundo Maricato (2007), por exemplo, o termo “favela” refere-se a regiões marcadas por uma situação ilegal de ocupação do solo. Segundo Zaluar e Alvito (2006), as favelas ficaram oficialmente registradas como uma área marcada por habitações irregulares, ausência de plano urbano, água, esgoto ou luz. A partir de suas definições correntes, as favelas são caracterizadas como espaços fortemente marcados por uma lógica de ausências, e historicamente definidos a partir daquilo que não tem ou não são (Observatório de favelas, 2009), o que leva a uma

falsa ideia de homogeneidade entre os diversos territórios denominados de favela (Valladares, 2005).

Como bem mostra Valladares (2005), a favela foi inventada. Não obstante a concretude que a favela parece ter, retratada por estatísticas diversas e por sua frequente presença nos noticiários, uma séria de representações sociais a respeito da favela foi sendo construída nos últimos 100 anos (Valladares, 2005). As intervenções estatais em favelas voltam-se para essa favela inventada e tem por trás uma forma específica de representação social das favelas. As políticas públicas voltadas para as favelas sempre as trataram como um universo homogêneo entre si, mas específico em relação ao restante da cidade, e esta visão serviu para justificar as especificidades das ações direcionadas às favelas (Valladares, 2005).

Tais ações, em síntese, foram passando de ações que priorizavam as remoções das favelas, entendidas como um “problema social”, a tentativas de “integração” da “outra metade da cidade” (Cavalcanti, 2009). As últimas se consolidaram, principalmente, a partir da década de 1980 (Burgos, 2006), quando a favela é inventada como território de violência, em função da consolidação do tráfico de drogas.

Diante da sensação de ameaça de sua posição de monopólio da violência legítima (WEBER, 1999), o Estado desempenhou algumas tentativas frustradas de recuperação do controle territorial das mãos dos criminosos por meio de programas de requalificação urbana ou de segurança pública, como o Programa Favela-Bairro ou como Grupo de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), ambos considerados programas mal sucedidos (Banco Mundial, 2012).

Com a aprovação do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos em 2016 e a Copa do Mundo em 2014, a preocupação com o problema da segurança da cidade potencializou-se. Como consequência, em novembro de 2008, o governo estadual do Rio de Janeiro inaugurou a primeira UPP na favela Santa Marta, zona Sul do Rio de Janeiro, "com o objetivo de recuperar o controle de territórios tomados pelo crime organizado, desarmando o tráfico de drogas e permitindo a integração social, econômica e política das favelas com a cidade" (Banco Mundial, 2012, p. 12).

Com o programa de pacificação, o governo do estado se propõe a chegar a um novo modelo de segurança pública, que se distingue da forma tradicional de ocupação de favelas, a partir de dois pontos principais: "(i) a proposta de ocupação permanente, sem previsão de término; (ii) o enfoque na retirada das armas no lugar da erradicação do tráfico de drogas" (ISER, 2012, p. 10).

Por possibilitar intensificação de intervenções estatais nas favelas e principalmente por nelas ter conseguido permanecer, as UPPs foram, por bastante tempo, vislumbradas como uma política de segurança pública que assume novos parâmetros e recebem, em geral, uma avaliação positiva, o que não se restringe a uma simples percepção midiática (Machado da Silva, 2010). Com o desenvolvimento do programa, alguns casos de violência policial, como o “caso Amarildo”, em que um morador da favela da Rocinha foi assassinado pelos policiais da UPP local, começaram a colocar em xeque o sucesso do programa. As situações de confronto em favelas pacificadas, cada vez mais frequentes, ameaçam a imagem positiva das UPPs.

MÉTODO

Para atender ao objetivo do presente trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo que consistiu em 1 ano e 4 meses de observação participante em uma favela carioca (de janeiro de 2013 a abril de 2014), bem como na realização de entrevistas semiestruturadas. A observação participante foi realizada em uma favela localizada na zona Sul do Rio de Janeiro, com aproximadamente 18 mil habitantes. A favela em questão é composta por três comunidades diferentes que compartilham o mesmo morro e a mesma UPP. Durante a pesquisa de campo, foram realizadas visitas periódicas à favela, para a participação em reuniões da

UPP com os moradores, para o envolvimento em outras atividades da UPP, e outras vezes também para a participação de eventos organizados pelos moradores. As observações foram registradas em notas de campo, realizadas após cada visita e durante as reuniões.

Como forma de complementar os dados coletados por meio de observação, foram realizadas 28 entrevistas semiestruturadas, sendo 10 com policiais da UPP local e 18 com moradores da favela em questão. Dentre os 10 policiais entrevistados, dois ocupavam posições de comando, dois ocupavam cargos administrativos, mas estavam na UPP desde sua inauguração, e por isso já tinham passado por diversos cargos, e seis realizavam trabalho de rua na época da entrevista. As entrevistas tiveram, em média, duas horas de duração.

Para a análise dos dados, as entrevistas foram transcritas e, juntamente com as notas de campo, foram analisadas de forma sistemática, buscando-se codificar o texto nas seguintes categorias de análise, desenvolvidas a partir da base teórica analisada:

Quadro 1: Categorias de análise

Formas de poder espacial	Operacionalização
Encantamentos do espaço	Identificação de como os elementos espaciais expressam significados e efeitos de poder das UPPs
Colocação no espaço	Identificação de como as fronteiras e fixações no espaço produzidas a partir das UPPs enquanto processos de organizar expressam efeitos de poder.
Circulação no espaço	Identificação de como a mobilidade no espaço produzida a partir das UPPs enquanto processos de organizar expressa seus efeitos de poder.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

FAVELAS E UPPS: PODER E CONTROLE ORGANIZACIONAIS NO ESPAÇO SOCIAL

A primeira visita a uma favela “pacificada” já é suficiente para se perceber como a entrada das UPPs é considerada pelos moradores como um marco na história da favela. Comparações entre os períodos posterior e anterior à “pacificação” do território aparecem naturalmente na fala das pessoas, sem que seja preciso fazer muitos questionamentos a respeito. Mas essas falas não se resumem a avaliações entre bom ou ruim – o programa das UPPs trouxe transformações extremamente complexas para a vida na favela e alterações nas formas de poder e controle organizacionais, as quais se refletem no espaço.

A UPP e o encantamento no espaço de favelas

Ainda não é consenso entre policiais e moradores o que significa dizer que uma favela está “pacificada”, nem mesmo se o termo “pacificação” deve ser aplicado. Mas um elemento indiscutível para a possibilidade de “pacificação” marca o espaço social das favelas: uma estrutura física que represente a sede da UPP. Dale e Burrell (2008) falam sobre o encantamento do espaço, sobre a fusão entre aspectos materiais e simbólicos, que muitas vezes levam a uma sensação de temor ou respeito, e expressam efeitos de poder.

O prédio sede da UPP na favela investigada é uma das construções mais imponentes no território, e poupa palavras aos que buscam localizar a UPP. Localizado no topo do morro, em uma região quase fronteira entre duas das comunidades que dividem o morro, o prédio de seis andares, moderno, com pintura nova e bem acabada, distingue-se das demais construções da favela, e se faz notar por parecer não ser dali.

A distinção de seu espaço de trabalho não passa despercebida aos policiais, que afirmam com entusiasmo: “A minha (estrutura) é maravilhosa!” (Policial 5). Os policiais reconhecem inclusive a superioridade da estrutura do prédio da UPP em relação a estruturas da polícia localizadas fora das favelas, e contam: “pessoas

que vem aqui visitar falam que a nossa unidade é melhor até do que batalhões” (Policial 2). Conforme destacaram Dale e Burrell (2008), a estrutura física de um prédio também simboliza sua potência, e talvez dentro da favela a potência da polícia precise ser até mais reafirmada do que em outras regiões da cidade, diante de um território onde antes tinha pouco controle.

A condição anterior do prédio foi lembrada e narrada por moradores e policiais. Segundo os relatos, o prédio “era uma imundice” (Policial 1). Era um prédio construído pelo Estado, mas que acabou sendo invadido e ocupado por moradores, tornando-se um prédio com “lixo por todos os lados, usuários de drogas, traficantes, era tipo um cortiço, com prostituição...” (Policial 1). Para a instalação da UPP, os moradores indesejados foram expulsos do local, e o prédio passou por uma grande reforma, que o deixou com uma infraestrutura que não permite reclamações: “o prédio tem ar condicionado em todos os ambientes, tem auditório, tem uma sala como essa daqui (...)” (Policial 2).

Os efeitos de poder que uma estrutura sofisticada é capaz de produzir (Dale e Burrell, 2008) são percebidos no espaço de favelas e relatados pelos policiais. Durante as observações no campo foi possível perceber que embora existissem inúmeros representantes do Estado dentro da favela, em suas mais diversas formas, a grande referência em termos de Estado, para os moradores, eram os

policiais da UPP. Com isso, os policiais acabaram assumindo muitas funções que tradicionalmente não lhes cabe. Em entrevista, um policial relatou que o telefone da UPP também é usado para demandas de serviços de SAMU, Light, CEDAE, bombeiros... E um policial em cargo de comando diz que também assume a função de “presidente da Light, presidente da CEDAE, presidente da Comlurb, são várias né...” (risos) (Policial 3).

A explicação para este fato é atribuída à estrutura física da UPP:

A referência que os moradores têm do Estado é esse prédio físico aqui da UPP. Então procuram, amigo, cadê o Estado? Tá lá azul e branco, pintado lá, físico. Porque a CEDAE não tá aqui fisicamente, a Comlurb não tá aqui... Então você acaba sendo a referência, né... (Policial 3)

O uso de uniformes também é relatado como um importante aspecto material que dá destaque aos policiais da UPP como os grandes representantes do Estado na favela. Conforme explica um policial, “quem tá fardado na rua com a bandeira do Estado no ombro? É a UPP, o policial que tá lá. Então ele acaba sendo referência, né” (Policial 3). Na visão dos policiais, outros programas como a UPP Social e o Territórios da Paz não têm o destaque que eles possuem porque não andam uniformizados, e não têm nem uma “banquinha” (Policial 3) como estrutura física dentro da favela.



Os moradores veem no prédio da UPP um forte símbolo de poder no espaço da favela, de tal forma que muitas vezes evitam entrar no prédio. Durante o período de observação, foram muitos os relatos de desconforto dos moradores e temor em manter uma proximidade maior com os policiais, o que se expressava principalmente em suas hesitações em entrar no prédio.

O destaque que a UPP recebe dentro da favela faz com que ela acumule várias funções e novas formas de organizar, que a levaram inclusive a estabelecer parcerias com o Tribunal de Justiça ou com o DETRAN, os quais capacitaram alguns policiais para que atuem em seu nome nestes territórios. Além disso, a UPP passou a responder também pela concessão de outros espaços dentro da favela, que muitas vezes pertencem a outros órgãos do Estado. Em uma reunião realizada entre a UPP e representantes de projetos sociais na favela, foi possível perceber que alguns moradores demandavam à UPP os espaços necessários para a realização de suas atividades. Em entrevista, uma moradora relatou que estava tentando conseguir uma sala para as atividades de sua ONG por meio do comandante da UPP: “eu fiz o pedido, até hoje não tenho resposta, vai ter uma reunião terça-feira, da UPP, já pedi pra alguém ir lá, com uma cartinha minha, representando, pedir novamente” (Moradora 1). Outro morador, também envolvido em um projeto social na favela, relatou a mesma crença de que a UPP seria responsável por disponibilizar um espaço para a realização de suas

atividades: “Vocês têm que conseguir espaço para mim, entendeu, eu fui à UPP, falei com todos os comandantes, eu quero aquele espaço ali para mim. ()” (Morador 13).

Mas essa fusão entre o simbólico e o material retratada por Dale e Burrell (2008) também se apresenta no espaço de forma a colocar em xeque o poder da UPP. Ao se adentrar a favela em questão salta aos olhos o problema do lixo, fonte das reclamações mais constantes dos moradores, que convivem em seu dia a dia com ratos e baratas decorrentes da sujeira do espaço. Embora os policiais coloquem a questão do lixo como um problema que sempre esteve presente, alguns moradores fazem uma associação entre o lixo e a entrada da UPP: “Parece que a polícia entrou junto com o lixo, a polícia trouxe o lixo (risos), a bem dizer foi isso né...” (Moradora 2).

Segundo os relatos de moradores em conversas informais e em entrevistas, os traficantes não permitiam que o lixo fosse jogado no espaço da favela, exigiam um espaço limpo. Conforme explica uma moradora: “(...) antes o pessoal não jogava lixo porque os traficantes não queriam, então tinha uma obrigação, ninguém fazia por medo” (Moradora 2). É atribuída ao Estado uma incapacidade de controlar a limpeza do espaço da favela e, portanto, um aspecto material e visível do espaço como o lixo desafia o poder do Estado, contrapondo-o ao do tráfico.

A UPP e a colocação no espaço de favelas

Embora o objetivo da política de pacificação não seja o fim do tráfico de drogas, mas sim o fim do poder armado do tráfico (ISER, 2012), é notório que muitos traficantes deixaram as favelas e migraram para outras regiões (GRILLO, 2013). De certa forma, a política de pacificação também serviu para reforçar as diferenças e as fronteiras entre a cidade do Rio de Janeiro e outras cidades do estado.

A exclusão parcial de traficantes de certas regiões da cidade foi apontada por um policial, que considera que a pacificação “blinda só a cidade do Rio” (Policial 2). Na visão deste mesmo policial, a política de pacificação:

Foi inteligente porque blindou a cidade do Rio por causa dos jogos, né, da copa e da olimpíada, mas também afastou um pouco os marginais pra baixada, pra zona norte, pra zona oeste, pra região metropolitana, Niterói e São Gonçalo, então isso foi ruim, pros moradores dessa região foi muito ruim, não foi interessante (Policial 2)

Mas ao mesmo tempo em que o organizar dos policiais da UPP expulsa alguns moradores indesejados da favela, ele também fixa seus moradores no espaço. Pode ser observado por meio da pesquisa de campo que os processos de



organizar dos policiais das UPPs na favela possibilitaram a entrada de outros serviços públicos, o que muitas vezes suprime a necessidade de circulação dos moradores de favelas para outros espaços da cidade. Conforme relatou um policial:

Eu vejo que a partir do momento também que você tem na comunidade, né, é... Saúde, você tem o posto de saúde, você tem ali um curso profissionalizante, você coloca uma escola, é... De uma certa forma é um pouco perverso isso porque você acaba criando um cinturão onde os moradores da comunidade também não saem da comunidade. Então você acaba isolando, né... (Policial 3)

Na visão deste policial, esta fixação dos moradores nos espaços das favelas vai de encontro ao propósito de integração da favela ao restante da cidade, e reforça uma tendência "cultural" dos moradores de não sair da favela. A partir de suas reflexões o policial se questiona:

O morador de comunidade ele parece que não se mistura muito com os moradores do asfalto, vamos dizer assim, eles não saem. E será que de repente a UPP não estaria também proporcionando mecanismos pra isolar esses moradores nessas comunidades? (Policial 3)

Essa fixação no espaço, retratada pelo policial, reforça o controle dos policiais sobre os moradores locais. Fixos no espaço das favelas, os moradores são conhecidos pelos policiais, que sabem dos seus apelidos, das suas relações de parentesco e amizade e, principalmente, sabem dizer se são trabalhadores ou bandidos – divisão que na década de 1980 já era demarcada nas favelas (ZALUAR, 1985), e que ainda hoje se mantém.

Esses policiais apontam para a presença de serviços como escola, clínicas de saúde, dentro das favelas, como uma forma de maior isolamento entre “morro” e “asfalto”. Por parte dos moradores, há uma visão negativa acerca desse isolamento dos moradores nas favelas: “A comunidade não pode ficar isolada mais, já passou isso. 2013, entendeu” (Morador 13).

No espaço das favelas, os policiais também desempenham um organizar voltado para o conhecer, para o acúmulo de informações sobre os moradores e seu espaço, que logo culminou na necessidade da criação de um núcleo de inteligência dentro da UPP. O conhecimento dos policiais, que permite identificar os criminosos, é explicitado no relato de um policial:

Uma coisa interessante que aconteceu aqui esses dias foi o seguinte: um turista, não me lembro se era turista ou não, foi na delegacia registrar



**A UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA E A ORGANIZAÇÃO DA FAVELA:
PODER E CONTROLE ORGANIZACIONAIS NO ESPAÇO SOCIAL**

uma ocorrência de um roubo e falou que veio, viu o elemento fugindo, na direção da comunidade, ligou pra cá: “pô, fulano me roubou aqui, tal...”, “pô, tá bom, como que ele é?”, “ele é assim, assim...tal, tal”. “Tá bom, perai, pô, conhece? Esse é o fulano! Pô, vamo lá na casa dele?” “Vamo lá!”. Chegou lá tava lá o camarada com a bicicleta tudo lá na casa dele. Entendeu a diferença? Tipo assim, num policiamento amplo, como que eu vou identificar? No meio de Ipanema, como que eu vou identificar um elemento que roubou? Aqui não, aqui a gente tem esse contato, tem esse convívio... (Policial 1).

Para que reconhecimentos como esses sejam possíveis o núcleo de inteligência possui um banco de dados de informação, construído a partir do relato de cada policial que atua em áreas de policiamento diferentes na favela. A divisão dos territórios nestes diferentes setores também organiza a divisão dos policiais no espaço de forma a aproximar e conhecer. Em cada uma de suas áreas de atuação os policiais fazem registros em cadernos, tiram fotografias e filmam com celular. Foi possível observar, muitas vezes, essas práticas de registro dos policiais na favela, e o telefone celular se mostrou a principal via para tal. Segundo um policial em posição de comando, “os policiais são orientados a conhecer a comunidade, a conhecer as pessoas daquele setor de policiamento que ele trabalha, né, conhecer os comerciantes, entender as necessidades, (...)” (Policial 1).

Os moradores têm um reconhecimento de que os policiais possuem um serviço de inteligência, responsável por levantar informações acerca da favela, e acreditam que essas informações estão a serviço, principalmente, do combate ao tráfico de drogas. Como relatou uma moradora: “E nós sabemos que os policiais sabem exatamente quem eles deveriam parar. O serviço de inteligência sempre sabe quem é quem” (Moradora 7).

Conforme lembram Dale e Burrell (2008), a colocação no espaço também implica alguma forma de monitoramento com vistas a produzir conhecimento. Segundo os autores as duas coisas estão estreitamente relacionadas: “para que as coisas e as pessoas estejam localizadas, classificadas e ranqueadas, eles precisam ser conhecidos e comparados”⁹ (DALE e BURRELL, 2008, p. 61). E neste caso o conhecimento é tão necessário para que se possa classificar os moradores de favelas entre aqueles que são trabalhadores e aqueles que são bandidos.

A UPP e a circulação no espaço das favelas

Ao serem questionados a respeito da eficácia do programa, os policiais são unânimes em afirmar que o programa funciona e tem trazido resultados positivos. Não há falas capazes de retratar a confiança dos policiais no programa

⁹ Tradução livre de: “for as things and people are placed, classified and rancked, they have to be know and compared”.

das UPPs e o brilho nos olhos com que falam do programa. Essa paixão pelo trabalho só mesmo a observação é capaz de apreender.

Na visão destes policiais, tão entusiasmados com o que fazem, o sucesso do programa é expresso, principalmente, pelas mudanças trazidas nas formas de circulação pelos espaços das favelas. Ao ser questionado se o programa funciona, um policial respondeu: “eu acredito que funciona. (...) Se não funcionasse você não ia conseguir subir” (Policial 4). Na visão dos policiais, a eficácia do programa pode ser avaliada ao se observar essas possibilidades de entradas e saídas de diferentes pessoas. Para um policial, o papel da UPP é “trazer a paz, basicamente a paz. Que paz? É de você chegar e sair, a qualquer hora e a qualquer momento, (...)” (Policial 4).

O sucesso do programa, em primeiro lugar, é justificado pela entrada de outros representantes do Estado, atribuída ao organizar desempenhado pelos policiais da UPP dentro das favelas. Um policial explica os benefícios trazidos pelo programa:

Agora qualquer um, qualquer órgão que quiser chegar aqui agora e entrar aqui dentro e fazer um trabalho vai fazer tranquilamente. Antigamente não. Por questão de segurança às vezes um pessoal da secretaria de urbanismo e de obra não viria aqui fazer um serviço...né,



(...) Hoje não, qualquer empresa que chegar aqui e quiser fazer qualquer tipo de trabalho ela vai fazer, (...) (Policial 2).

Pesquisa realizada pelo Banco Mundial (2012) também mostrou uma intensificação de representantes do Estado em favelas, tanto por meio da inserção de outros projetos urbanos e sociais, quanto pela entrada formal de serviços públicos, como eletricidade, coleta de lixo, dentre outros, reforçando a responsabilidade das UPPs nesta mudança.

A circulação de turistas também é destacada como um ponto positivo da política de pacificação. Conforme mostrou Freire-Medeiros (2009), a favela se consolidou como um importante ponto turístico da cidade do Rio de Janeiro. Os policiais também ressaltam este feito: "Pô, isso aqui vive cheio de turista. Fala um inglês básico, apresenta leva na laje, leva no... Vende uma caipirinha...". (Policial 1). Ou, como relata um morador, "porque hoje vem turista, muitas pessoas" (Morador 4). O turismo na favela é visto por policiais e moradores como uma importante fonte de renda, e foi possível observar a existência de muitas iniciativas dos próprios moradores voltadas para o investimento em atividades turísticas.

A sensação de liberdade de circulação é expressa por alguns moradores por meio da percepção de integração entre "morro" e "asfalto", espaços que agora têm



suas diferenças amenizadas: “Eu vejo a comunidade transformada em um bairro, com todas as contas certinhas, água, luz, gás etc. Um bairro de verdade, como todos os outros da cidade” (Morador 10) – relatou um morador.

Outro ponto destacado por policiais e moradores como uma conquista do programa das UPPs relativa à possibilidade de mobilidade no espaço foi a possibilidade de circulação dos próprios moradores entre comunidades diferentes. É sabido que em favelas dominadas pelo tráfico, habitantes de favelas em que domina outra facção são proibidos de circular (GRILLO, 2013). A favela investigada, composta por duas comunidades, por um longo período esteve dividida em dois territórios dominados por facções rivais do tráfico, que impediam que os moradores das comunidades vizinhas cruzassem as fronteiras dos seus territórios. Foi possível observar que até hoje essa separação entre as comunidades de certa forma se mantém: “tem moradores [de uma das comunidades], né, que conversando com eles, moram aqui há 10, 15 anos e nunca foram [na outra comunidade]! E às vezes é uma rua de diferença” (Policial 2).

Os moradores também relataram esse cenário, que marcou o passado da favela. Uma moradora que morava em uma comunidade, mas fazia e dava aulas de ballet na outra comunidade relata suas dificuldades:



No meu tempo foi muito difícil também porque eu morava na comunidade então era dividida, pra eu subir, o ballet era distante, era na outra comunidade, pra eu subir ficava meio complicado, minha mãe tinha que ir me buscar, mas mesmo assim eu não deixei me abater, continuei fazendo aula (Moradora 3).

E conta que suas alunas, assustadas, a interpelavam: “Tia por que que você vem pra cá, não pode não, você é da outra comunidade” (Moradora 3).

Em relatório sobre uma pesquisa realizada em favelas cariocas, com e sem UPPs, Banco Mundial (2012) também mostrou os efeitos do tráfico na circulação interna, como a proibição da circulação de moradores de áreas dominadas por facções rivais e até mesmo a proibição de relacionamentos entre moradores dos territórios sob seu domínio com aqueles que lhe são externos conhecidos como “alemães”. Diante deste cenário, percebeu-se que os policiais incentivam os moradores a circularem entre as comunidades, como uma forma de mostrar que essa proibição não existe mais, agora que eles estão no controle.

Percebe-se, nas falas dos policiais e nos relatos dos moradores, que o Estado, por meio das UPPs, conseguiu readquirir poder sobre o território, principalmente por meio das mudanças que os processos de organização dos policiais trouxeram para as formas de circulação no espaço. Outros estudos também mostraram que



os moradores, em favelas com UPPs, hoje sentem-se livres para circular no território (LAV – UER); BANCO MUNDIAL, 2012). Como ressaltam Dale e Burrell (2008), a forma como o espaço é experienciado por meio da mobilidade também reflete efeitos de poder, e a experiência das UPPs mostra que a mobilidade tem sido evocada como principal indicativo de seu domínio no território.

Para reforçar o seu poder e provar seu domínio nas favelas, os policiais das UPPs realizam um organizar voltado para o incentivo de que os moradores circulem também pela cidade, saiam da favela, ou seja, tornem-se mais “integrados” ao restante da cidade. Os policiais organizam eventos que objetivam levar as crianças da favela para conhecer outros espaços da cidade. A importância deste tipo de atividade é reforçada por um policial: “pras crianças conhecerem que há um mundo inteiro sem ser dentro da comunidade (...). É ir pra um museu, é ir pra um teatro, é ir ao cinema, passeios ao ar livre...” (Policial 4).

Embora haja uma reunião comunitária periódica entre os policiais da UPP e os moradores da favela, é reforçada a importância de os moradores participarem das reuniões do conselho comunitário de segurança que acontecem no batalhão daquela região da cidade, onde participam moradores do asfalto. A respeito dessas reuniões, um policial lamenta:



só que infelizmente os moradores das comunidades não vão, então lá a reunião acaba sendo com os moradores da zona Sul, (...). Só que não participam, então a gente acaba tendo que fazer uma pra tratar das demandas daqui da comunidade. (Policia1 3)

E reforça: "(...) Eu vou tentar levar, a próxima vez, a próxima reunião vou disponibilizar a van aqui vou encher a van com os moradores que participam das reuniões nossas aqui pra ver também como é a reunião lá..." (Policia1 3). O policia1 destaca a importância da participação nesta reunião com vistas à integração da favela ao bairro.

A van da UPP é muitas vezes usada para fins de estimular os moradores a circular. Em participações em eventos organizados pelos moradores em locais fora da favela, foi possível observar que os policia1s servem como motoristas conduzindo os moradores em suas vans, e foi possível também usufruir deste serviço. Conforme explica um policia1:

Aquele negócio de a própria comunidade ver as criancinhas indo com a van da UPP, policia1 levando, policia1 buscando, então isso gera uma certa confiança na comunidade e na gente. Todo dia e-mail solicitando van, eles pedem muito van. Nossa van pra poder levar pra cá, levar pra lá, levar pra cá, levar pra lá... (Policia1 3).

Conforme lembram Dale e Burrell (2008), para que haja movimentação entre os espaços também é preciso que essa movimentação seja controlada, e o uso da van pelos policiais da UPP parece ser um meio bastante eficaz de controlar a movimentação dos moradores para espaços fora da favela.

Mas de forma paradoxal, o poder que os policiais da UPP adquiriram sob o espaço das favelas, que se expressa na ampliação das possibilidades de circulação nesses espaços, também precisa ser reforçado por meio de processos de organizar que atrapalham essa circulação, e que são fonte de conflitos frequentes com os moradores: os policiais das UPPs estão constantemente fazendo revistas e abordagens policiais. A este respeito um policial explica:

(...) se eu te vejo subindo na comunidade uma vez eu não vou te parar não, tá? Mas como eu to lá sempre, se eu te vir duas, três, quatro, eu vou te interpellar um dia o que que você tá fazendo ali. Não to cerceando o seu direito de ir e vir não, só parte, por exemplo assim da questão da investigação policial que é previsto por lei isso de eu poder perguntar pra você mediante a fundada suspeita (Policial 5).

A necessidade da adoção deste tipo indesejado de prática é justificada: "porque aqui apesar de ser uma UPP, ainda temos que ter cuidado com muitas coisas, né... como, é... Possíveis meliantes, pessoas mal intencionadas, (...)" (Policial 2).

Em conversas informais com moradores, pode-se perceber principalmente entre moradores mais jovens uma grande insatisfação com as abordagens policiais, as quais dizem muitas vezes reagir com violência. Essa insatisfação dos moradores é reconhecida pelos policiais:

o morador muitas vezes ele é trabalhador, mas ele não quer ser abordado porque ele acha que ele é trabalhador e ele não tem cara de bandido. Mas não é assim, né, a gente sabe que os traficantes muitas das vezes usam essas pessoas pra fazer transporte de armas de drogas... Então esse relacionamento com a comunidade é bem complicado (Policial 2).

Diante deste paradoxo trazido pela UPP em termos de possibilidades de circulação pelo espaço, parece predominar dentre alguns moradores uma avaliação positiva: "aqui o povo anda lib... liberalmente, sabe? E sem medo" (Morador 4). Ou conforme relata outro morador: "agora, hoje em dia tá ótimo, com a UPP. Tá calmo, criança pode brincar a hora que quiser, pode caminhar à vontade" (Morador 5). No relatório *Os donos do morro* (LAV – UERJ), também foi apontada uma maior sensação de liberdade por parte dos moradores das favelas, que resultou da instalação da UPP. Conforme mostraram Dale e Burrell (2008), embora a mobilidade proporcionada pela "circulação no espaço" implique controle, ela também passa aos indivíduos uma sensação de liberdade.

É importante ressaltar, ainda, que a organização do tráfico de drogas também é alterada a partir das novas formas de organizar a favela introduzidas pelos policiais da UPP. Os traficantes tiveram que se adaptar a este novo contexto, e suas mudanças não se reduziram a simplesmente esconder as armas. Grillo (2013), que realizou uma etnografia do crime em favelas ocupadas pela facção do Comando Vermelho, mostrou como os traficantes tinham pontos de vendas de droga, chamados de bocas, que eram fixos no espaço das favelas. Com as UPPs, entretanto, os traficantes passaram a circular. Um policial explica a nova forma de venda de drogas:

E hoje em dia dentro das favelas sabe como é feito o tráfico lá? Os caras colocam ó três peças na mão e vai andar pela comunidade. Chegou alguém ele ó te vende, te vende, te vende, e vai pegar mais três. Então é tráfico! Mesmo com a pequena quantidade é tráfico de drogas. Eles tão mudando, eles mudam né o *modus operandi* deles justamente pra coibir a nossa coerção em cima do tráfico (Policial 5)

Em sua etnografia do crime, Grillo (2013, p. 7) teve a oportunidade de acompanhar um período de entrada das UPPs nas favelas onde realizava sua pesquisa, e defende que as UPPs conseguiram modificar de forma acentuada a forma como se organiza o mercado ilegal de drogas no Rio de Janeiro. Segundo Grillo (2013, p. 8), no contexto de “pacificação”, “os traficantes se referem à relação que passaram a

manter com a polícia como 'brincar de pique-pega', pois, em vez de confrontá-la, refinaram as suas técnicas para driblar a polícia e conseguir compartilhar o mesmo território com os seus agentes”.

Importa notar, diante desta mudança, que a circulação dos traficantes pelo espaço da favela, como forma de adaptação à UPP, afeta também a forma como o poder dos policiais é percebido pelos moradores. A circulação dos traficantes pelo espaço pode passar uma sensação de que os traficantes estão agora em todo lugar, e a ação policial nas favelas é questionada. Conforme expressa um morador: “Tem muito jovem envolvido com o tra, que a circulação dos traficantes pelo espaço da favela, como forma d” (Morador 14). E muitas vezes o próprio Estado é culpabilizado por essa sensação de crescimento do tráfico de drogas: “Agora o Estado que deveria empenhar o papel até de de diminuir o tráfico de droga, não, aumenta a violência dentro da comunidade e faz com que os jovens que são agredidos se revolte e entre para o tráfico” (Moradora 11). Esse reconhecimento também aparece na fala de policiais:

o tráfico de drogas migra, então hoje tá vendendo... Sempre vendia aqui na porta da casa da fulana de tal, então quem via eram os vizinhos da fulana de tal. Como ele tá migrando, hoje ele tá vendendo aqui, amanhã tá vendendo aqui, amanhã tá vendendo aqui, amanhã tá vendendo aqui... Então as pessoas acham que o tráfico de drogas aumentou, né,



**A UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA E A ORGANIZAÇÃO DA FAVELA:
PODER E CONTROLE ORGANIZACIONAIS NO ESPAÇO SOCIAL**

porque mais pessoas estão vendo o tráfico de drogas, que cada dia tá vendendo em um lugar diferente. (Policial 3)

O mesmo efeito é sentido pelos moradores quando os policiais alteram sua forma de circular para o que eles chamam de um policiamento dinâmico, ou seja, para uma forma de circulação livre pelo espaço, sem que os policiais fiquem restritos a áreas de policiamento específicas. Quando o morador não vê mais o policial fixo em um local, tem a sensação de que o policiamento está reduzido. Conforme explica o mesmo policial: “A pessoa que sempre passa naquele horário voltando do trabalho e indo pra sua casa ela via o policial ali. Hoje em dia ela não vê mais todos os dias, porque o policial pode tá aqui pode tá lá, então ela já sente assim também que o policiamento diminuiu” (Policial 3). Entretanto, segundo o policial, esta forma de policiamento dinâmico aumenta o número de prisões e apreensões. Os dilemas entre passar aos moradores uma impressão de que estão no controle do território ou obter melhores resultados em termos de números de apreensões, não é resolvido de forma simples. Ser percebido em posição de poder também é importante, e por isso são adotadas medidas como fixar o policial no espaço pelo menos nos horários em que os moradores estão retornando do trabalho.

Alguns efeitos de poder são trazidos pela mobilidade (DALE e BURRELL, 2008), e se por um lado a circulação dos moradores e pessoas do asfalto passa uma sensação

de liberdade dentro das favelas, as mudanças nas formas de circulação de policiais e traficantes também têm implicações diretas para a forma como esses efeitos de poder são percebidos pelos moradores das favelas.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo analisar como as novas formas de controle e poder organizacionais, que se consolidam a partir da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, manifestam-se no espaço social de favelas. Demonstrou-se como o poder das UPPs manifesta-se no espaço por meio de seu prédio imponente, mas principalmente por meio da ampliação das possibilidades de mobilidade pelo espaço, que aparece como o grande troféu erguido pelos policiais para provar que o programa é bem sucedido, e que ao mesmo tempo produz nos moradores uma sensação de liberdade.

Entretanto, também foi possível perceber como essa circulação no espaço é controlada por meio do uso da van da UPP como meio preferencial de deslocamento, e ainda por meio da abordagem policial. Por outro lado, ocorre também uma fixação dos moradores no espaço, que permite aproximar e conhecer para assim classificá-los entre trabalhadores e bandidos.

Um certo domínio do tráfico ainda paira sobre a favela “pacificada” e faz com os policiais alteram suas próprias formas de organizar. A maneira como os traficantes hoje circulam pelo espaço e a maneira como os policiais realizam suas formas de policiamento revelam efeitos de poder que preocupam os policiais e que os levam a repensar o seu organizar.

Essas formas de controle dos policiais da UPP, que às vezes aparecem disfarçadas em mobilidade e circulação, ainda se fazem necessárias devido a uma ausência presente do tráfico de drogas, que embora não tenha mais o domínio armado do território, ainda vive na memória dos moradores e circula despercebido pelas favelas. As comparações entre a “favela do tráfico” e “a favela da UPP”, e entre suas diferentes formas de organizar, são constantes e escapam naturalmente em falas desintencionadas, que explicam que “na época dos meninos” as coisas não funcionavam assim e que expressam que de alguma forma, e com um outro organizar, os “meninos” ainda se fazem presentes.

Indo ao encontro de Dale e Burrell (2008), o trabalho mostra a relação entre o espaço social e as relações de poder, e como ambos determinam-se mutuamente. Mais ainda, a pesquisa aqui apresentada revela que, quando se trata da esfera estatal, as formas de controle e poder organizacionais que se manifestam no espaço social são capazes de identificar um determinado representante do Estado

como “o Estado” dentro daquele território, como é o caso das UPPs nos territórios de favelas.

Por fim, como sugestões de pesquisas futuras, é necessário investigar, ainda, como essas formas de controle e poder se manifestam em outras favelas “pacificadas”, tendo em vista que cada favela possui suas especificidades. Ainda, com a entrada das UPPs, outros representantes do Estado, como programas voltados para a área social, também passaram a se inserir nos territórios de favelas. Caberia investigar em que medida as formas de poder e controle desempenhadas por esses novos agentes no território se aproximam daquilo que aqui foi apresentado em relação às UPPs.

REFERÊNCIAS

Alcadipani, R. (2008). *Practices of organizing: enacting boundaries and performing production in newspaper printing*. Tese de doutorado, University of Manchester, .Manchester Business School, 2008.

Banco Mundial. (2012). *O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs*. Rio de Janeiro: Banco Mundial.



Clegg, S. & Kornberger, M. (2006). (Ed.). *Space, organizations and management theory*. Oslo: Liber.

Dale, K. (2005). Building a social materiality: spatial and embodied politics in organizational control. *Organization*, 12(5), 649-678.

Dale, K. & Burrell, G. (2008). *The spaces of organisation and the organisation of space: power, identity & materiality at work*. New York: University of Leicester.

Feldman, M. S. & Orlikowski, W. J. (2011). Theorizing practice and practicing theory. *Organization Science*, 22(5), 1240-1253.

Grillo, C. (2013). *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ISER. (2012). *As Unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER.

Lefebvre, H. (2007). *The production of space*. Oxford: Blackwell.

Machado da Silva, L. A. (2010). *Afinal, qual é a das UPPs*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles.

Medeiros, B. F. (2009). *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro: FGV.

Observatório de favelas. (2009). O que é favela afinal? In: J. S. SILVA (Org.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

UERJ e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2012). *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Valladares, L. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.

Zaluar, A. & Alvito, M. (2006). Introdução. In: A. Zaluar & M. Alvito (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV.

A unidade de polícia pacificadora e a organização da favela: poder e controle organizacionais no espaço social

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar como as novas formas de controle e poder organizacionais, que se consolidam a partir da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, manifestam-se no espaço social de favelas. Para tal, foram realizadas observação participante em uma favela “pacificada” da cidade do Rio de Janeiro e 28 entrevistas semi-estruturadas. Os dados foram analisados com base em três categorias teóricas: encantamentos do espaço, colocação no espaço e circulação no espaço (Dale & Burrell, 2008). Concluiu-se que o poder das UPPs manifesta-se no espaço principalmente por meio da ampliação das possibilidades de mobilidade pelo espaço. Entretanto, também foi possível perceber como essa circulação no espaço é controlada pela UPP. Além disso, um certo domínio do tráfico ainda paira sobre a favela “pacificada” e faz com os policiais alterem suas próprias formas de organizar.

Palavras-chave

UPP; Organizar; Espaço social; Favelas.



Pacification police unit and the organization of favela: organizational power and control in social space

Abstract

The article aims to analyze how new forms of control and organizational power, which are consolidated from the installation of Pacification Policy Units, are manifested in the social space of slums. To this end were carried out participant observation in a "pacified" favela in the city of Rio de Janeiro and 28 semi-structured interviews. Data were analyzed based on three theoretical categories: enchantments of space, placement in space and circulation in space (Dale & Burrell, 2008). It was concluded that the power of the UPP mainly manifests itself in space by expanding the opportunities for mobility in space. However, it was also possible to see how this movement in space is controlled by the UPP. In addition, a certain domination of trafficking still hangs over the "pacified" favela and makes the police change their own ways of organizing.

Key-words

UPP; Organizing; Social Space; Favelas.

Unidade de polícia pacificadora y la organización de favela: poder y control organizacional en el espacio social

Resumen

Este artículo pretende analizar cómo las nuevas formas de control y poder de organización, que se consolidan a partir de la instalación de las Unidades de Policía Pacificadora, se manifiestan en el espacio social de las favelas "pacificadas". Con este fin, hubo observación participante en una favela "pacificada" en la ciudad de Río de Janeiro y 28 entrevistas semi-estructuradas. Se analizaron los datos sobre la base de tres categorías teóricas: encantamientos de espacio, colocación en el espacio y el movimiento en el espacio (Dale & Burrell, 2008). Se concluyó que el poder de la UPP se manifiesta principalmente en sí en el espacio mediante la ampliación de las posibilidades de movilidad en el espacio. Sin embargo, también era posible ver cómo este movimiento en el espacio está controlado por la UPP. Además, una cierta área de tráfico todavía se cierne sobre la favela "pacificada" y hace que cambie la policía de sus propias formas de organización.

Palabras clave

UPP; Organización; Espacio Social; Favelas.



Autoria

Vanessa Brulon

Doutora em Administração pela Fundação Getulio Vargas. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://lattes.cnpq.br/7455566261719778>. <https://orcid.org/0000-0002-0118-4089>. E-mail: vanessabrulon@gmail.com.

Alketa Peci

Doutora em Administração pela Fundação Getulio Vargas. Professora Associada da Fundação Getulio Vargas. <http://lattes.cnpq.br/1739997490142452>. <https://orcid.org/0000-0002-0488-1744>. E-mail: alketa.peci@fgv.br.

Endereço para correspondência

Vanessa Brulon. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Avenida Pasteur, 250, Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22290-240. Telefone: (+55 21) 39380000.

Como citar esta contribuição

Brulon, V. & Peci, A. (2017). A unidade de polícia pacificadora e a organização da favela: poder e controle organizacionais no espaço social. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(10), 823-869.

Contribuição Submetida em 9 dez. 2014. Aprovada em 2 mar. 2017. Publicada online em 20 out. 2017. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

